**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Desafios da implementação de políticas públicas de
cuidados intermediários no Brasil e a
atuação do Ministério Público**

Iadya Gama Maio

Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Saúde Pública para
obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de
Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Helena Akemi
Wada Watanabe

**São Paulo
2015**

Desafios da implementação de políticas públicas de cuidados intermediários no Brasil e a atuação do Ministério Público

Iadya Gama Maio

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Área de Concentração: Serviços de Saúde Pública

Orientadora: Profa. Dra. Helena Akemi Wada Watanabe

**versão corrigida
São Paulo
2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da tese/dissertação.

Dedico este trabalho aos meus pais
Joaquim (*in memoriam*) e **Elzira**.

À GAIVOTA , que habita em mim.
É uma história sobre liberdade, romance, saudade e solidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela grande oportunidade de construir algo novo.

A palavra *orientador* origina-se do Latim ORIENS, “leste, a parte do céu por onde nasce o sol”, de ORIRI, “nascer, erguer-se, levantar-se”. *Orientador* designa aquele que indica as direções para os outros, ou seja, aquele que aponta (ilumina) o caminho do orientado. Tenho a certeza de que a orientadora deste trabalho, Profa. Dra. **Helena Akemi Wada Watanabe**, é antes de tudo pessoa iluminada, que traz luz ao caminho das pessoas, cujos destinos cruzam-se com o seu. Agradeço-lhe por ter acreditado e apostado em mim!

Ao Prof. Dr. **Gregorio Rodríguez Cabrero**, pela acolhida em meu estágio doutoral na Universidade de Alcalá, Espanha.

Especialmente, à Dra. **Marília Viana Berzins**, por me mostrar o caminho das pedras para conseguir cursar o doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP.

A todos os professores dos quais tive a honra de ser aluna no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública e em Direito da USP e, principalmente, aos que fizeram parte do meu exame de qualificação e da minha pré-banca: Dra. **Sueli Gandolfi Dallari**, Dra. **Marília Cristina Prado Louvison**, Dra. **Ana Amélia Camarano**, Dra. **Karla Cristina Giacomini**, Dr. **Luiz Roberto Salles Souza** e Dr. **Rogério Bastos Arantes**, que proporcionaram reflexões importantes ao trabalho, oxigenando ideias e provocando novas discussões.

Ao **Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte**, instituição a que pertenço, pela grande oportunidade e pelo incentivo aos estudos, bem como a colaboração, disponibilidade, dedicação e empenho dos colegas, Membros do Ministério Público, que diretamente participaram da pesquisa; sem eles não seria possível alcançar os resultados obtidos.

Às pessoas que me prestaram informações sobre o funcionamento do sistema espanhol de cuidados de longa duração: Jesús Norberto Fernández Muñoz – Subdiretor General Adjunto de Análisis Presupuestario y de Gestión Financeira do IMSERSO; Antoni Vilá – Professor da Universidade de Barcelona; Eulàlia Cucurella – Presidente da Fundação Alzheimer da Catalunha e trabalhadora social e responsável pelos centros próprios do Departamento de Bem-Estar Social e Família da Generalitat da Catalunya; Pilar Rodríguez Rodríguez – Presidente da Fundação Pilar; Demétrio Casado Pérez – experto em política social, educativa e sanitária;

Juan de la Torre Vidal – Chefe do Departamento de Centros de Día y Residências da Dirección General de Mayores y Atención Social do Ayuntamiento de Madrid; José Maria Paz Rubio – Fiscal Chefe de la Sala Primeira del Tribunal Supremo do Ministério Fiscal e Bartolomé José Martínez García-Técnico Chefe da Área de Saúde e de Política Social da Defensoria Del Pueblo.

Aos diretores e coordenadores dos centros-dia e das Instituições de Longa Permanência para Idosos das quais tive a oportunidade de conhecer o funcionamento na Espanha: Sant Antoni – L'Onada e Porta – Fundação Vella Terra (Barcelona); Masbau e Los Joseps – Fundação Privada Sant Antoni Abat (Vilanova); Santa Engrácia – EULEN e São José de Villareal – La Casona (Madri); Atalaia – Consórcio Galego, Beiramar – AFAGA e Parque Castrelos (Vigo).

No Brasil, à **Elaine Cristina Silva de Moura**, que me apresentou o Programa *São Paulo Amigo do Idoso*, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo; e à coordenadora **Jacira Morais Bourguignon**, do centro-dia do Programa Quero Vida, localizado na cidade de Itú (SP).

Às amigas paulistas **Margaret Carmona** e **Adriana Zorub** que me deram apoio e carinho em tantos momentos longe da minha família.

Às amigas **Ilza Sônia e Jurilza Mendonça** com quem tive o privilégio de conviver durante 56 dias na Espanha e partilhar experiências e momentos inesquecíveis. Em particular, à amiga **Karen Bensussan**, que reside em terras catalãs e que, depois de 25 anos, tive a oportunidade de reencontrar e renovar os nossos laços de amizade.

Ao casal espanhol **Miguel Angel Vásquez e Glória**, pela amizade e acolhida em sua casa na cidade de Vigo e por me proporcionarem fazer o meu *próprio caminho de Santiago*.

Às pessoas do meu convívio extra-acadêmico e de relações profissionais, de apoio, amizade, afeto, aconchego, compreensão e diálogo; próximas ou distantes (geograficamente), mas sempre presentes em minha vida.

Carinhosamente, agradeço a minha família, ao meu marido **Antonio**, aos meus filhos **Arthur e Thomas**, a minha irmã **Andréia**, a **Elizete** e a **Maria Marta** (*meus braços: direito e esquerdo*), que me apoiaram e me deram todo o suporte para que eu tivesse condições de realizar mais esse sonho em minha vida.

Meu filho, ampara teu pai na velhice, e não o abandone enquanto ele viver. Mesmo que ele esteja perdendo a lucidez, procura ser compreensivo e não o despreze, enquanto você está em pleno vigor, pois a caridade feita ao pai não será esquecida, e valerá como reparação pelos pecados que você tiver cometido.

Livro do Eclesiástico (12-15)

Mi intención es imaginar una sociedad política que parta del hecho de que la discapacidad y la dependencia es algo que todos los individuos experimentan en algún momento de su vida y de manera impredecible, por lo que el interés de que las necesidades que padecen las personas con discapacidad sean adecuadamente expresadas y atendidas no es un interés particular, no es el interés de un grupo particular de individuos concretos y no de otros, sino que es el interés de la sociedad política entera y esencial en su concepto del bien común.

Alasdair Macintyre

(Animales racionales y dependientes: por qué los seres humanos necesitamos las virtudes. Barcelona: Paidós, 2013.)

RESUMO

MAIO, Iadya Gama. **Desafios da implementação de políticas públicas de cuidados intermediários no Brasil e a atuação do Ministério Público**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2015.

Introdução – Os cuidados de longa duração intermediários assumem grande relevância diante do crescente envelhecimento populacional e do aumento da dependência funcional, que vêm acompanhados das mudanças no contexto familiar. A política de cuidados de longa duração no Brasil é incipiente, uma vez que os serviços intermediários são raros, apesar de sua previsão legal, como, por exemplo, o centro-dia. O Ministério Público pode atuar como indutor de políticas públicas na área dos cuidados de longa duração intermediários. **Objetivo** – Analisar a atuação dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal em relação às políticas públicas de cuidados de longa duração intermediários a pessoas idosas, principalmente na modalidade centro-dia. **Métodos** – Realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório e descritivo, com abordagem qualiquantitativa, de natureza empírico-analítica. Para a coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, mediante aplicação de questionários enviados a 30 Membros do Ministério Público, entre coordenadores de Centros de Apoio Operacional e Promotores de Justiça, de vários estados brasileiros e do Distrito Federal, que atuam na área de direitos das pessoas idosas. Analisaram-se principalmente os Planejamentos Estratégicos e Planos Gerais de Atuação. Para a análise dos dados nos apoiamos na técnica da Análise de Conteúdo; técnica empregada com adaptações. **Resultados** – No Brasil, não há um sistema público dedicado ao atendimento a pessoas com dependência, nem o estabelecimento de prazos de implantação de equipamentos, tampouco previsão de financiamento específico. As categorias de análise evidenciadas foram: 1) Ministério Público: atuação, planos gerais e experiências exitosas; 2) Política pública de cuidados de longa duração intermediários; 3) Dificuldades na implementação; 4) A descentralização administrativa; 5) A quem cabe cuidar: uma questão cultural; e 6) Mudanças e resistências em torno da política pública de cuidados. **Conclusões** – a) para os Membros do Ministério Público, quem deve cuidar é a família, cabendo ao Estado atuar de forma supletiva, subsidiária ou concorrente; b) essa temática, especificamente, pouco avançou e não vem sendo objeto de preocupação pela maioria dos Membros do Ministério Público, ao contrário da fiscalização das Instituições de Longa Permanência; c) o fato de a temática dos cuidados de longa duração intermediários estar prevista explicitamente nos Planos Gerais de Atuação (PGA) ou nos Planejamentos Estratégicos de alguns Ministérios Públicos brasileiros não teve quase nenhum impacto e nem garantiu o desenvolvimento de política pública a contemplar os cuidados de longa duração intermediários, não ocasionando o aumento significativo do número de centros-dia no País; e d) as representações sociais da velhice influenciam a eleição de prioridades no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas sociais, que, por sua vez, refletem diretamente na alocação de recursos orçamentários para a sua implementação.

Palavras-chave: Idoso. Políticas Públicas. Cuidados de Longa Duração. Centro-dia. Ministério Público. Juridicização .

ABSTRACT

MAIO, Iadya Gama. **Implementation challenges of public policies for intermediate care in Brazil and the role of the public ministry.** 2015. Thesis (Doctorate in Science) - Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2015.

The interim long-term care gain great importance in the face of the growing aging population and increased functional dependence, which come accompanied by changes in the family context. The long-term care policy in Brazil is incipient, considering that the intermediary services are rare, despite its legal provision, as for example, the center-day. The Public Ministry can act as a promoter of public policies in the area of the intermediate long-term care. Objective - To analyze the performance of Public Ministry of the several states and the Federal District regarding interim long-term care policies for the elderly, especially in the central-day mode. Methods - We conducted a descriptive and exploratory research, with qualitative-quantitative approach, and empirical-analytic nature. To collect data, semi-structured interviews were conducted through questionnaires sent to 30 members of the Public Prosecutor's Office, between coordinators of Centers Operational Support and Prosecutors from several Brazilian states and the Federal District, who work in the elderly rights area. Were analyzed mainly the Strategic Planning and Acting General Plans. To analyze the data we rely on the technique of Content Analysis; technique used with adaptations. Results - In Brazil, there is a public system dedicated to serving people with addiction, or the establishment of equipment deployment deadlines, nor specific funding forecast. The evidenced analysis categories were: 1) Public Ministry: acting, general plans and successful experiences; 2) Public Policy of interim long-term care; 3) difficulties in implementation; 4) administrative decentralization 5) Who has a duty of care: a cultural issue; and 6) changes and resistance around the public policy of care. Conclusions - a) for members of the Public Prosecutor's Office, who must take care is the family, and the State act in supplementary, subsidiary or competitor form; b) this issue, specifically, had made little progress and has not been the object of concern by most Members of the Public Ministry, unlike the inspection of institutions Long-Term; c) the fact that the issue of interim long-term care be explicitly prescribed by the General Acting Plans (EMP) or the Strategic Planning of some Public Ministry had almost no impact, nor ensured the development of a public policy that contemplates care long intermediate term, not causing a significant increase in the number of centers-day in the country; and d) the social representations of old age influence the election of priority areas regarding the development of social policies, which, in turn, reflect, directly in the allocation of budget resources for its implementation.

Keywords: Elderly. Public Policy. Long-Term Care. Centers-day. Public Ministry. Attribution of legal character.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – O ENVELHECIMENTO POPULACIONAL NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS E A RESPONSABILIDADE PELO CUIDADO	24
1.1 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL	24
1.2 SAÚDE E ENVELHECIMENTO ATIVO	29
1.3 CAPACIDADE, FUNCIONALIDADE E DEPENDÊNCIA.....	31
1.4 A PROTEÇÃO SOCIAL E O CUIDADO.....	38
1.4.1 Do assistencialismo ao direito	44
1.4.2 A proteção social brasileira: o cuidado como um direito fundamental	46
1.5 CUIDADOS DE LONGA DURAÇÃO	52
1.5.1 Sistema espanhol de cuidados de longa duração	56
1.5.2 Marcos legais dos cuidados de longa duração no Brasil	58
1.5.3 Centro de cuidados diurnos ou centro-dia	59
1.6 AS CARACTERÍSTICAS DA POLÍTICA ASSISTENCIAL BRASILEIRA À PESSOA IDOSA	68
1.6.1 O oferecimento insatisfatório de serviços na área de cuidados	75
1.6.2 A questão do financiamento da política pública de cuidados	77
1.6.3 Considerações finais do capítulo.....	80
CAPÍTULO 2 – O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CUIDADOS VOLTADOS À PESSOA IDOSA	82
2.1 BREVE HISTÓRICO E COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	82
2.2 ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E POLÍTICAS PÚBLICAS	86
2.2.1 O MP pós-Estatuto do Idoso e a efetivação da política pública de cuidados	89
2.2.2 Da judicialização para a juridicização	91
2.2.3 Instrumentos jurídicos extrajudiciais	96
2.2.4 Planejamento Estratégico do MP e os princípios da unidade e independência funcional	99

CAPÍTULO 3 – OBJETIVOS e PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	107
3.1 OBJETIVOS	107
3.1.1 Objetivo geral	107
3.1.2 Objetivos específicos	107
3.2 OS CAMINHOS DA PESQUISA	107
3.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA E PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	110
3.3.1 Considerações iniciais	110
3.3.2 Coleta de dados	112
3.3.3 Os participantes da pesquisa	115
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	117
3.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO.....	120
3.6 ASPECTOS ÉTICOS	121
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	122
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	122
4.2 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS.....	125
4.2.1 Ministério Público: atuação, planos gerais e experiências exitosas	126
4.2.2. Existe uma política pública de cuidados intermediários de longa duração?	161
4.2.3 Dificuldades na implementação	163
4.2.4. A descentralização administrativa	166
4.2.5 A quem cabe cuidar: uma questão cultural	169
4.2.6 Mudanças e resistências em torno da política pública de cuidados	174
CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS	199
REFERÊNCIAS.....	208
APÊNDICES	
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA OS COORDENADORES DOS CENTROS DE APOIO	229
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO PARA OS PROMOTORES DE JUSTIÇA	232
ANEXOS	
ANEXO A – TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO	234
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS COORDENADORES DOS CENTROS DE APOIO	235

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA OS PROMOTORES DE JUSTIÇA	237
ANEXO D – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	239
ANEXO E – CURRÍCULOS LATTES	240

LISTA DE SIGLAS

ABVD	Atividades Básicas da Vida Diária
AC	Análise de Conteúdo
ACP	Ação Civil Pública
ADI	Alzheimer's Disease International
AMPID	Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
AIVD	Atividades Instrumentais da Vida Diária
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CD	Centro-dia
CELADE	Centro Latinoamericano y Caribeno de Demografia
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y Caribe
CF	Constituição Federal
CGMP	Corregedoria-Geral do Ministério Público
CLDI	Cuidados de Longa Duração Intermediários
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social da cidade de São Paulo
CID	Código Internacional de Doenças
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNDPI	Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNPG	Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COPEDPI	Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Idosa
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DOU	Diário Oficial da União
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente

EI	Estatuto do Idoso
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FNI	Fundo Nacional do Idoso
FSP	Faculdade de Saúde Pública
GNDH	Grupo Nacional de Direitos Humanos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Idosos
IMSERSO	Instituto de Mayores y Servicios Sociales
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
INPEA	International Network for the Prevention of Elder Abuse
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LOS	Lei Orgânica da Saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MP	Ministério Público
MPE	Ministério Público Estadual
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
MPF	Ministério Público Federal
MPM	Ministério Público Militar
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MPS	Ministério da Previdência Social
MPU	Ministério Público da União
MPT	Ministério Público do Trabalho
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OEA	Organização dos Estados Americanos
OISS	Organização Iberoamericana de Seguridad Social
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAI	Programa de Assistência ao Idoso

PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PGJ	Procurador-Geral de Justiça
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNI	Política Nacional do Idoso
PNPS	Política Nacional de Promoção à Saúde
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PPA	Plano Plurianual
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada
RENADI	Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RMV	Renda Mensal Vitalícia
SAAD	Sistema de Autonomia Pessoal e de Atenção a Dependência
SAD	Serviço de Atenção Domiciliar
SDH	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SM	Salário Mínimo
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TCU	Tribunal de Contas da União
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas
USP	Universidade de São Paulo
WHO	World Health Organization

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Características do processo de envelhecimento dos brasileiros, 2014	37
Figura 2 – Mapa estratégico do Ministério Público Brasileiro 2011 a 2015	101

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pessoas com dependência moderada/severa: cuidados diários, por grupo de idade, 2000-2050, América Latina e Caribe, 2012	36
Gráfico 2 – Escala de prioridade por assunto: respostas dos Coordenadores dos Caops, Brasil, 2014	127
Gráfico 3 – Inquéritos civis e procedimentos preparatórios instaurados pelos MPEs e Distrito Federal, em 2013, por assunto e por região do país, Brasil, 2014.....	128
Gráfico 4 – Petições iniciais ajuizadas pelos MPEs e Distrito Federal, em 2013, por assunto, e total por região do país, Brasil, 2014	130
Gráfico 5 – Número de atividades de cuidados, por modo de execução, desenvolvidas pelos MPEs e Distrito Federal, em 2012-2013: informações dos Coordenadores dos Caops, Brasil, 2014	138

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Promotorias de Justiça especializadas na área do Idoso nas capitais dos Estados e no Distrito Federal, Brasil, 2014	131
Quadro 2 –	Ordem de importância de atuação do MP na defesa dos direitos fundamentais, 2014	134
Quadro 3 –	Planejamentos Estratégicos e/ou Planos Gerais de Atuação dos MPEs e do Distrito Federal: cuidados de longa duração, principalmente, centro-dia, Brasil, 2014	144
Quadro 4 –	Listagem de experiências exitosas, indicadas pelos respondentes, Brasil, 2014	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quantidade de centros-dia e características selecionadas do Brasil, Portugal e Espanha, 2015	64
Tabela 2 –	Valores desembolsados na manutenção de pessoa idosa em centro-dia e em ILPI no Brasil e na Espanha, 2014	66
Tabela 3 –	Perfil dos Coordenadores e Promotores de Justiça, por tempo de MP (em anos), Brasil, 2014	123
Tabela 4 –	Perfil dos Coordenadores e Promotores de Justiça, por tempo de atuação no Caop ou na área do idoso (em anos), Brasil, 2014.....	123
Tabela 5 –	Quantidade de Membros dos MPEs e do Distrito Federal, na área do idoso, e número de promotorias especializadas, de acordo com os Coordenadores dos Caops, Brasil, 2014	124
Tabela 6 –	Número de atividades desenvolvidas na área de cuidados, pelo MP, em 2012-2013, segundo o Estado e Distrito Federal. Informações dos Coordenadores dos Caops, Brasil, 2014	137
Tabela 7 –	Informação de número de centros-dia existentes, e quantidade de centros construídos mediante atuação do MP, por Estado e Distrito Federal, Brasil, 2014	139
Tabela 8 –	Quantidade de decisões dos tribunais, Brasil, 2014	149

INTRODUÇÃO

No imaginário social a velhice é pensada como uma carga econômica, seja para a família, seja para a sociedade, o que tem levado o mundo a subtrair dos velhos seu papel de pensar seu próprio destino.

Sandra Quintão
Enfermeira

No exercício de minhas funções como Promotora de Justiça e membro da Associação Nacional de Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID)¹ tenho, ao longo de 12 anos de atuação na defesa dos direitos da pessoa idosa, deparado-me com muitas questões que envolvem o envelhecimento populacional e as dificuldades no cuidado das pessoas idosas dependentes. Sempre me instigou a questão de não haver, na prática, alternativas ao abrigamento em uma Instituição de Longa Permanência (ILP), em que pese ter previsão legal de cuidados de longa duração intermediários na Política Nacional da Pessoa Idosa (PNI) – 1994, a implantação da modalidade de assistência denominada *centro-dia* ainda não é usual na realidade brasileira.

Uma das finalidades da PNI e do Estatuto do Idoso (EI) é procurar formas de atendimento que preservem ao máximo os vínculos familiares dos idosos em detrimento daquelas que lhes subtraíam o convívio com a sua comunidade e sua família, sendo a institucionalização vista como uma das alternativas.

Apesar da existência de diversos serviços de apoio aos idosos e a sua família (atendimento domiciliar, programa saúde da família, centros de convivência, casa-lar etc.), escolhemos abordar, nesse âmbito, o equipamento denominado centro-dia.² A escolha deveu-se ao fato de haver poucos centros-dia em funcionamento no país, bem como trabalhos e dados escassos na literatura nacional na área de cuidados.

¹A Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência (AMPID) é pessoa jurídica de direito privado, de caráter nacional, sem fins lucrativos, que foi criada para promover e defender os direitos humanos das pessoas idosas e das pessoas com deficiência. É composta por associados oriundos do Ministério Público, seja estadual ou federal, de todas as regiões do País, e está em pleno funcionamento desde o ano de 2004. Para ver mais informações: <www.ampid.org.br>.

²Equipamento destinado à permanência diurna de idosos com algum grau de dependência, que não têm condições de serem cuidados somente em seus domicílios e que necessitam da atenção de uma equipe multidisciplinar formada por profissionais do âmbito psicossocial e sanitário.

Nesse sentido, faz-se necessário investigar os motivos que acarretam inconsistência na política pública nessa área, o que provoca, como consequência, o surgimento de novas demandas acadêmicas, políticas, jurídicas e sociais voltadas a essa temática.

Muitos atores, dentre as entidades públicas, poderiam responder a essa inquietação. Poderiam apontar os entraves e desafios para a implementação de uma política pública de cuidados intermediários de longa duração voltados às pessoas idosas em situação de dependência. Nessa perspectiva, quatro razões levaram-nos à escolha do Ministério Público (MP) para responder à questão.

A **primeira**, porque a autora desta pesquisa pertence à Instituição.

A **segunda**, pela importância de sair da lógica do executor da política, para ouvir outro agente político que tem o *poder* de transformação social, com grande alcance territorial, uma vez que se encontra organizado nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, atuando perante a justiça comum; e, no plano federal, perante as justiças especializadas (federal, trabalhista e militar).

A **terceira**, porque seria necessário conhecer de que forma e como o MP atua, a partir do conceito de *juridicização*³ das políticas públicas; se nessa área também se tem desenvolvido uma postura proativa, centrada na capacidade de diálogo, de mediação de demandas sociais, de articulação política e de identificação de problemas para construir agendas próprias e influenciar as de outras instituições.

A **quarta**, e não menos importante, para detectar se, efetivamente, o MP prioriza a política de cuidados, na defesa dos direitos das pessoas idosas, em seus planos gerais de atuação ou planejamentos estratégicos.

Destacamos que o MP tem o dever constitucional de atuar na fiscalização e de auxiliar na construção de políticas públicas eficientes na estruturação de rede de apoio à pessoa idosa com o fim de transformar para melhor a realidade social, buscando erradicar formas de discriminação e violência.

Assim, analisar a atuação dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) e do Distrito Federal em relação às políticas públicas de cuidados de longa duração

³ A expressão “juridicização” é utilizada para denotar as diferentes formas de resolução do conflito fora do âmbito do judiciário, porém com critérios jurídicos.

intermediários a pessoas idosas, principalmente na modalidade centro-dia, é o nosso objetivo central.

Para tanto, é igualmente importante mapear as políticas públicas, e a legislação que regulamenta os cuidados de longa duração intermediários, com ênfase nos cuidados diurnos ou centros-dia, no Brasil e em outros países, tais como, Reino Unido, Alemanha, França, Japão, Holanda, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Itália e Portugal e, principalmente, a Espanha; conhecer as ações desenvolvidas pelos MPEs e pelo Distrito Federal frente às políticas de cuidados de longa duração, em particular dos cuidados intermediários na modalidade centro-dia; paralelamente, é relevante identificar os desafios enfrentados para a implementação dos cuidados intermediários de longa duração no Brasil.

Para a abordagem proposta, esta tese divide-se em capítulos que discorrem sobre o *referencial teórico*; os *objetivos*; *procedimentos metodológicos*; *resultados e discussões*; e, por fim, as *conclusões*, os *desafios* e as *perspectivas* no âmbito dessa temática de nossa pesquisa.

Diante da impossibilidade de se entrevistar mais de 8.000 Promotores de Justiça distribuídos por todo o território nacional, procuramos fazê-lo, por meio de questionários estruturados, no período de março a setembro de 2014, tendo como sujeitos das entrevistas os Coordenadores dos Centros de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça (CAOPs) – órgãos considerados auxiliares da atividade funcional do Ministério Público que existem em quase todos os Estados –, com atuação na matéria, cuja temática é, neste trabalho objeto de análise; bem como alguns Promotores de Justiça reconhecidos por sua atuação na área de defesa da pessoa idosa, na maioria componentes da Ampid, procurando apresentar um panorama o mais amplo possível da realidade brasileira sobre nossa temática.

Nessa perspectiva, analisamos os Planos Gerais de Atuação e os Planejamentos Estratégicos dos MPs de diversos Estados, uma vez que se constituem instrumentos, cujo foco é destinado à eleição de prioridades institucionais, direcionando a atuação de forma eficaz e integrada.

Assim, necessária se faz a análise da relação entre MP e políticas públicas. Afinal, o MP tem sido uma instituição que induz a implementação de políticas públicas? A Instituição conseguiu romper, de fato, com suas resistências históricas e

atuar de acordo com o novo perfil constitucional? O fato de haver previsão legal para a sua atuação em diversas áreas é sinônimo de garantia? Como compatibilizar a atuação dos seus agentes de forma a permitir o cumprimento das metas previstas em seus planos estratégicos e garantir a independência funcional de seus membros? Quais são os desafios do MP na área de políticas públicas de cuidados para a pessoa idosa em situação de dependência?

Para agregar valor a este estudo adquire relevo uma revisão da literatura nacional e internacional sobre o assunto, a análise da legislação, o levantamento de documentos e dados estatísticos existentes sobre os sistemas de cuidados oferecidos a idosos dependentes no Brasil e em outros países, dando-se ênfase ao equipamento denominado centro-dia.

Discutimos, também, o envelhecimento populacional nas sociedades contemporâneas e a responsabilidade pelo cuidado; analisamos as opções em termos de políticas assistenciais voltadas à pessoa idosa, existentes no Brasil, bem como o papel institucional do MP como fomentador de políticas públicas e garantidor dos direitos sociais das pessoas idosas.

Dessarte, para ter noção de como funciona um centro-dia e se seria possível a sua implantação em larga escala no Brasil, conhecemos, em novembro de 2013, a experiência de um dos centros-dia que funciona no Município de Itu, no Estado de São Paulo. Esse centro faz parte de um programa pioneiro denominado *São Paulo Amigo do Idoso*, que tem por finalidade atender ao idoso semi-independente e apoiar as famílias impossibilitadas de prover suas necessidades, representando o fortalecimento da rede de Proteção Social Especial e inovando na oferta de políticas públicas para a população idosa do Estado, com a meta de implantar, no mínimo, 100 centros-dia em diversos municípios paulistas.

Cabe-nos ainda referir que a preocupação com os cuidados de longa duração não é exclusiva do sistema de proteção social brasileiro. O envelhecimento populacional e o aumento da incapacidade funcional e da dependência das pessoas idosas constituem tendência mundial, cada vez mais presente nas agendas políticas e sociais de vários países como um risco social a ser enfrentado.

Em razão disso, a autora desta pesquisa estabeleceu moradia na Espanha, na cidade de Alcalá de Henares, de 22 de março a 13 de maio de 2014, para

conhecer o sistema espanhol de cuidados de longa duração e experiências de funcionamento de centros-dia e de Instituições de Longa Permanência para Pessoas Idosas.

Ressaltamos que a escolha do sistema social espanhol ocorreu porque não é muito diferente do brasileiro, pois tem como característica a centralidade na família; nele os cuidados de longa duração intermediários têm previsão legal. Com a Lei nº 39, de 14 de dezembro de 2006, a Espanha criou o Sistema Nacional para a Autonomia e Atenção à Dependência (SAAD), que oferece várias alternativas de serviços os quais beneficiam os idosos e suas famílias.

Assim, procuramos conhecer o sistema a partir de: a) visitas *in loco* a oito centros-dia localizados nas cidades de Barcelona, Vilanova, Madri e Vigo; b) entrevistas em diversas instituições e com especialistas detentores de conhecimento do sistema; e c) pesquisa bibliográfica, sob a orientação do Prof. Dr. Gregorio Rodriguez Cabrero, da Universidade de Alcalá – Departamento de Economia.

Para a realização da investigação, a metodologia adotada é quantiquantitativa e tem caráter descritivo, exploratório e analítico. A fim de analisarmos os dados nos apoiamos na técnica da Análise de Conteúdo empregada com algumas adaptações.

Diante do cenário estudado, estabelecemos como problema de pesquisa a ideia de *mudanças e resistências* em torno das políticas públicas de cuidados aos idosos e o papel do Ministério Público frente ao legado histórico dessas políticas e as possibilidades de mudanças frente ao *path-dependence*, isto é, o custo da transição do modelo *asilo e cuidados informais no seio da família* para uma nova política de cuidados mais ampla.

CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Estamos habituados a pensar nos preconceitos, estereótipos e discriminações através da ideia de profecias que se autorrealizam – as imagens negativas, as atitudes discriminatórias acabam produzindo sua própria confirmação – e, sem dúvida, é uma tarefa fundamental desconstruí-los.

Guita Debert
Antropóloga

Neste trabalho, debruçamos o olhar investigativo sobre questões da atualidade que precisam ser discutidas referentes aos cuidados de longa duração intermediários para a população idosa dependente, de acordo com a sua condição de vida, seu contexto sociocultural e familiar e sua dificuldade de acesso a bens e serviços. Aspectos, esses, que podem implicar a perda da autonomia e do desempenho das atividades da vida diária do idoso.

Esta Tese de Doutorado objetivou analisar a atuação dos Ministérios Públicos Estaduais e do Distrito Federal relacionadas às políticas públicas de cuidados de longa duração intermediários e, principalmente, dos centros-dia. Estabelecemos, como problema de pesquisa, a ideia de **mudanças e resistências** em torno das políticas de cuidados aos idosos e o papel das instituições frente ao legado histórico dessas políticas, principalmente a do MP, e às possibilidades de mudanças frente ao “*path-dependence*”, isto é, o custo da transição do modelo “*asilo e cuidados informais no seio da família*” para uma nova política de cuidados mais ampla.

No decorrer do trabalho, analisamos as políticas públicas e a legislação que regulamenta os cuidados de longa duração intermediários, com ênfase nos cuidados diurnos ou centros-dia, no Brasil e em outros países. Realizamos o levantamento de informações das ações desenvolvidas pelo Ministério Público de quase todos os estados e do Distrito Federal, frente às políticas de cuidados de longa duração, na modalidade centro-dia. Também foram objeto de análise os planos de atuação, os planejamentos estratégicos, as experiências exitosas e as ações civis ajuizadas. Finalmente, procuramos conhecer e analisar os possíveis desafios à implementação desses cuidados no Brasil.

Foi importante conhecer a experiência e o sistema espanhol de cuidados de longa duração, bem como o funcionamento do equipamento denominado centro-dia para pessoas idosas e verificar que sua implantação em larga escala é possível no Brasil. Visitamos oito centros-dia localizados nas cidades de Barcelona, Vilanova, Madri e Vigo, na Espanha; visitamos um que funciona no Brasil, no Município de Itu (SP) e que faz parte do programa denominado *São Paulo Amigo do Idoso*. Concluímos que esses apresentam vantagens para os idosos e para suas famílias, sendo viável a adoção desse tipo de equipamento no Brasil.

No que tange à centralidade familiar e ao fato de que os cuidados de longa duração intermediários terem previsão legal, o sistema social espanhol não é muito diferente do brasileiro. Ocorre, no entanto, que na Espanha o envelhecimento é uma realidade percebida e vivenciada. Nesse país, tem sido colocado em prática um leque de alternativas que beneficiam os idosos e suas famílias. O direito ao cuidado é compreendido como um direito universal de todos os cidadãos.

Pela Lei nº 39/2006, a Espanha criou o Sistema Nacional para a Autonomia e Atenção à Dependência (SAAD); sistema público e não contributivo alçado à condição de quarto pilar do Estado de Bem-Estar. É organizado e estruturado de forma a dar visibilidade ao tema nos meios de comunicação, além de relevância política e econômica. A lei reconheceu, ainda, as prestações como um direito subjetivo exigível pela via administrativa e jurisdicional; disponibilizou uma rede de atenção e um catálogo de serviços, estabelecendo prazos de implantação e cumprimento da lei, além de conceber o centro-dia como equipamento socio sanitário.

No Brasil, ao contrário, não existe um sistema destinado à dependência ou o estabelecimento de prazos de implantação de uma política pública; nem a previsão de financiamento específico, além de não se conceber o centro-dia como equipamento socioassistencial não englobando os serviços de saúde.

Detectamos ao longo da pesquisa que existem muitas resistências para se efetivar políticas públicas de cuidados intermediários aos idosos por parte das instituições frente ao legado histórico do modelo *asilo e cuidados informais no seio da família*. Assim, verificamos que :

- a) os serviços de cuidados de longa duração intermediários para pessoas idosas têm previsão legal na Política Nacional do Idoso (PNI) desde 1994, mas a implantação da modalidade de assistência (centro-dia) ainda não faz parte da realidade brasileira;
- b) a experiência espanhola permite vislumbrar ações intersetoriais entre serviços sociais e de saúde como possíveis, necessárias e eficazes para atender às necessidades dos idosos, entretanto, no Brasil, existe a dificuldade de se trabalhar de maneira conjugada, englobando os dois sistemas, de forma a se responsabilizarem mutuamente pela efetivação e pelo financiamento desse tipo de modalidade de cuidados (centro-dia);
- c) no Brasil, falta dimensionar a população idosa elegível para os centros-dia, pois verificamos que são incipientes as ações voltadas para identificar a população dependente, cujo diagnóstico pudesse conduzir a efetivação de políticas públicas nessa seara;
- d) falta a observância à legislação mais específica que regulamente o funcionamento do centro-dia – a exemplo da RDC 283/2005, voltada para as Instituições de Longa Permanência –; que aponte um modelo ou os recursos humanos mínimos imprescindíveis ao seu funcionamento, uma vez que só encontramos a Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, do MPAS/SEAS, que institui normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil, mas pouco observada e utilizada; e
- e) o Poder Judiciário parte na frente com o seu *entendimento jurisprudencial*, ao compreender que os equipamentos de cuidados de longa duração, hoje considerados socioassistenciais, ante a previsão legal da Tipificação Nacional, por meio da Resolução nº 109/CNAS, de 11 de novembro de 2009, são, na verdade, socio sanitários.

Quanto ao Ministério Público urge:

- a) desmitificar a ideia de centro-dia como equipamento sofisticado, ainda presente nas respostas dos entrevistados do Ministério Público, para construir a perspectiva de sua concretização como instrumento necessário ao apoio

efetivo da única instituição que de fato cuida – a família – e como meio competente para promover um cuidado digno à pessoa idosa com algum grau de dependência; evitar ou postergar institucionalizações de idosos; além de aliviar os cuidadores familiares;

b) fortalecer os mecanismos de controle social, exigindo condições de funcionamento e autonomia para os Conselhos de Defesa de Direitos dos Idosos, nos três níveis de governo;

c) reconhecer que do tripé constitucional (família, Estado e sociedade) de amparo ao idoso, apenas a família tem sido criminalizada, enquanto percebemos que o Estado não atua de forma satisfatória quanto ao suporte a essa família; e

d) reconhecer que o MP não se desvencilhou de sua forma antiga de atuação (fiscal da lei) e que ainda mantém o *status quo* da política atual de cuidados, havendo uma tendência para a atividade fiscalizatória em detrimento da indução de políticas públicas.

A pesquisa fundamentou-se no fato de que estudos referentes ao processo de envelhecimento e de cuidados constituem um tema de reflexão emergente, principalmente para o MP; seus resultados poderão ser utilizados como instrumentos de indução de políticas públicas e de construção de uma agenda interna de atuação.

As conclusões deste trabalho vêm sendo captadas ao longo do seu desenvolvimento; aqui procuramos expor, de forma didática, as constatações que se seguem:

a) a assistência social brasileira está centralizada na família e o seu foco está nos programas de transferência de renda e não na prestação de serviços;

b) como o cuidado prestado a pessoas idosas, é oferecido, em geral, pela família e realizado no ambiente doméstico isso o torna socialmente invisível, recaindo sua responsabilidade, tradicionalmente, sobre as mulheres, que não são recompensadas por benefícios assistenciais, nem por cobertura da previdência social;

c) para os Membros do MP quem deve cuidar é a família, cabendo ao Estado atuar de forma supletiva, subsidiária ou concorrente, ou seja, na ausência dessa família;

- d) o número de centros-dia é pequeno no Brasil; inexistente uma Política Nacional de Cuidados, apenas iniciativas pontuais, como a adotada pelo Estado de São Paulo, havendo ainda pouca compreensão das vantagens do oferecimento de novos serviços, já que temos expressiva heterogeneidade e diversas necessidades. Afinal, não há uma velhice, mas várias! ;
- e) o sistema que impera em nosso país ainda é o da pseudodescentralização; em que pese caber ao município, pelo atual SUAS, a execução da assistência social, parece-nos que adotar um *Plano Nacional de Cuidados* ou um *Programa Federal de Cuidados* sob a responsabilidade e iniciativa da União, com destinação de recursos financeiros próprios, seria um fator preponderante como impulsionador dessa política;
- f) trata-se de uma temática que pouco avançou e que não vem sendo objeto de preocupação, nem de escolha pela maioria dos MPs, que muitas vezes desconhecem as vantagens da adoção de equipamentos intermediários como o centro-dia, ao contrário da fiscalização das Instituições de Longa Permanência, que, embora seja uma ação fundamental, não pode ser a única faceta do direito ao cuidado;
- g) para o Poder Público em geral e também para o Ministério Público, que não tem conseguido construir nem uma agenda própria e tampouco tem influenciado a de outras instituições, quando poderia fazê-lo, o assunto é invisível. Tanto o Poder Público quanto o Ministério Público precisam de maior engajamento em cuidados mais amplos e eficazes;
- h) o fato de a temática dos cuidados de longa duração intermediários estar claramente prevista nos Planos Gerais de Atuação (PGA) ou nos Planejamentos Estratégicos de alguns MPs brasileiros não teve quase nenhum impacto e nem garantiu o desenvolvimento de política pública que contemple os cuidados de longa duração intermediários, não resultando no aumento significativo do número de centros-dia no país;
- i) a forma de atuação do Ministério Público mais presente foi o ajuizamento de Ações Cíveis Públicas (ACPs) em detrimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), o que contraria o discurso dos respondentes, bem como o

que muitos autores vêm defendendo: uma *nova forma de atuação por parte do Ministério Público*, isto é, que seja menos demandista e mais conciliador; e

j) os idosos formam um grupo que tem características diferentes, dificultando a mobilização da categoria e a formação de um movimento social articulado e forte politicamente, com poder para incluir o tema na agenda das políticas públicas.

Muitos são os desafios diante dos aspectos ora analisados, uma vez que versa sobre mudança cultural, política e social. Que ainda se mostra veemente marcada por diversas formas de corrupção do sistema. Ainda acrescentaríamos os estigmas negativos e preconceituosos relacionados à velhice e o fato de a juventude ser encarada como um valor. Isso não pode ser ignorado ou deixado em segundo plano, sobretudo na formulação de políticas públicas para as pessoas idosas.

As representações sociais da velhice influenciam a eleição de prioridades no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas e sociais; refletem diretamente na alocação de recursos orçamentários para sua implementação. Assim, cabe a nós começarmos a discussão sobre qual velhice queremos para todos nós, de modo a construirmos uma sociedade mais solidária e com políticas públicas que possam garantir a qualidade de vida de todos seus cidadãos (velhos, familiares, jovens etc.).

É preciso considerar o “direito” como um sistema simbólico detentor de um discurso específico; sistema que pode dar sua contribuição, desde que se afastando da retórica da neutralidade e da universalização, no sentido de que a velhice é ruim, improdutiva e que o envelhecimento deve ser igual para todo mundo.

Importa tanto a adoção de representação positivas da velhice – entendendo que é uma construção sociocultural e não apenas uma fase da vida – como a reafirmação de que **o direito ao cuidado é um direito fundamental**, devendo o Estado proporcionar meios para que alternativas, além da institucionalização, sejam colocadas à disposição da sociedade. Uma das hipóteses assumida neste trabalho é a da necessidade de se combinar cuidado formal com informal, uma vez que é necessário ajudar a família a cuidar.

O direito ao cuidado amplo é matéria inserida nas atribuições do Ministério Público, a quem cabe zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de

relevância pública observem os princípios constitucionais de proteção aos idosos, especialmente nas questões de abrangência coletiva e até difusa, a justificar não apenas a intervenção, mas até mesmo a iniciativa ministerial. Conforme preconiza a legislação brasileira já existe a garantia do direito ao cuidado amplo, especialmente a previsão do equipamento centro-dia, mas medidas fiscalizatórias se impõem, sobretudo para o seu efetivo cumprimento.

No entanto, para que as mudanças ocorram, é necessário que os Membros do Ministério Público entendam que são agentes políticos e que podem privilegiar o papel de indutores e articuladores de políticas públicas, concretizadoras dos direitos fundamentais, buscando a solução direta das questões que lhe são apresentadas.

É preciso construir canais de diálogo com a sociedade e com os órgãos responsáveis pela execução da política, visando a uma ação transformadora. Para isso, devem, por exemplo: a) pautar sua atuação nas deliberações das Conferências (reivindicações legítimas da sociedade); b) trabalhar a questão orçamentária junto ao Poder Público pois, muitas vezes, é indicada como um limite que barra ações; c) incentivar que os cuidados de longa duração intermediários sejam pauta “presente” nos planos de atuação da Instituição e nos cursos de formação de seus Membros, a partir da realização de um trabalho estratégico de convencimento interno; d) disseminar conceitos positivos sobre o envelhecimento; e e) induzir a formulação e implementação de uma política de cuidados, aliando o trabalho interdisciplinar do direito com a gerontologia, para compreender a realidade cotidiana do idoso, de sua família e da comunidade em que se insere, além de pautar suas ações com base em indicadores sociais e demográficos.

Nesse aspecto, é importante que o MP fomente internamente o debate; que adote uma política institucional mais transparente e que supere a dicotomia entre o princípio constitucional da independência funcional e a adoção dos Planos Gerais de Atuação; que sejam considerados os anseios da sociedade e que se trabalhe de forma intersetorial ou regionalizada, promovendo uma melhor articulação entre seus órgãos internos, objetivando aprimorar sua atividade-fim.

Nessa empreitada, cabe aos Coordenadores dos Caops papel fundamental, qual seja, sensibilizar os Promotores de Justiça e demonstrar internamente a importância de se adotar um conceito amplo de cuidados nos processos de

formação profissional, bem como articular para que a matéria seja prevista de forma expressa nos Planos Gerais de Atuação e Planejamentos Estratégicos da Instituição, como forma de dar mais visibilidade ao tema.

Cabe ao Promotor de Justiça, por sua vez, perceber não só seu poder jurídico e político de atuação, bem como utilizar os vários mecanismos extrajudiciais disponíveis, podendo, em virtude disso, desenvolver ações mais eficazes, principalmente ao:

- a) trabalhar com os Conselhos de Direitos do Idoso e levar em conta, na sua atuação, as deliberações oriundas das Conferências;
- b) construir com o Poder Público um plano municipal de cuidados amplos, mediante elaboração de uma lei específica, com a previsão de ações de curto, médio e longo prazo, na perspectiva da intersetorialidade;
- c) priorizar os cuidados de longa duração intermediários na sua agenda, a fim de prevenir o agravamento da fragilidade, aumentando o bem-estar e oferecendo suporte familiar, para diminuir os índices de institucionalização de pessoas idosas;
- d) trabalhar de forma articulada com o Ministério Público Federal, para buscar a implantação de uma Política Nacional de Cuidados com previsão de financiamento específico, introduzindo a discussão sobre a criação de um sistema socio sanitário no país;
- e) buscar a inserção nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;
- f) promover o amplo debate e discussão sobre a velhice em nossa sociedade e com outros profissionais (da saúde, do direito, da engenharia, da linguística, etc.);
- g) colaborar com o empoderamento e a formação para a cidadania das pessoas idosas, ao disseminar, de várias formas, os seus direitos; e
- h) cobrar do Poder Público a previsão orçamentária destinada à manutenção desses programas, já de caráter socio sanitário, uma vez que as pessoas idosas dependentes poderão necessitar também de cuidados de saúde.

O processo de definição das prioridades institucionais não pode prescindir da participação da sociedade, nem de seus membros idosos. Cabe ao Ministério Público consultá-los antes de estabelecer suas metas prioritárias e definir o seu Plano Geral de Atuação.

No decorrer da pesquisa realizada, ficou evidente que a instituição ainda não desenvolveu todo o seu potencial a fim de atuar em prol da transformação social. A instituição é secular e uma atuação democrática e resolutiva é algo recente, dos anos 1980, principalmente a partir da Constituição Federal. Da sua função primordial na seara criminal começou a avançar no campo cível (defesa dos direitos fundamentais), matéria até pouco tempo estranha à instituição. Portanto, qual o custo da transição dos seus modelos (*demandista para resolutivo*) de atuação para o Ministério Público? Qual a dificuldade em transformar a realidade social histórica dos cuidados sob a égide do modelo “*asilo + cuidados informais no seio da família*” para um mais amplo? Trata-se, assim, de uma *opção política*.

Portanto, o Ministério Público, na medida em que perceber que poderá mudar a forma de atuação (não sendo mero fiscal, mas também indutor) e que tem, a seu favor, mecanismos próprios e eficientes, tem um grande potencial para contribuir para a efetivação do direito ao cuidado amplo. Pelo diálogo e negociação poderá promover um entendimento entre os diversos gestores e atores sociais envolvidos, possibilitando a formulação e a implementação de uma política que ofereça linhas alternativas de cuidado para as pessoas idosas com dependência.

Há um longo caminho a ser percorrido. Este trabalho evidencia a necessidade de uma discussão mais ampla sobre os cuidados no campo jurídico, principalmente por parte do Poder Judiciário e do próprio MP, para que se entenda que o cuidado é um direito fundamental.

Por fim, por si só a lei não mudará a realidade. As medidas a serem tomadas dependerão em grande parte da compreensão de que o Ministério Público pode e deve ser o indutor ou articulador das políticas públicas a partir do entendimento do direito amplo de cuidados, no sentido de se tornarem práticas efetivas do sistema de proteção social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALZHEIMER'S DISEASE INTERNATIONAL. **World Alzheimer Report 2014.** Dementia and Risk Reduction. An analysis of protective and modifiable factors. London: Alzheimer's Disease International, 2014.

ALCÂNTARA, Adriana de Oliveira. **Velhos institucionalizados e família: entre abafos e desabafos.** Campinas, SP: Alínea, 2009.

ALVARENGA, Márcia Regina Martins et al. Assistência ao Idoso no Sistema de Saúde da Catalunha: Lições a aprender. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 457-462, 2007.

ALVES, Luciana Correia et al. A Influência das doenças crônicas na capacidade funcional dos idosos do Município de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 8, p. 1924-1930, 2007.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público na fronteira entre a Justiça e a Política. **Justitia**, v. 197, p. 325-335, 2007.

ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e política no Brasil.** São Paulo: Sumaré, 2002.

ARAÚJO, Claudia Lysia de Oliveira Araújo; SOUZA, Luciana Aparecida de; FARO, Ana Cristina Mancussi e. Trajetória das Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil. **HERE – História da Enfermagem – Revista Eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 250-262, 2010.

Disponível em:

<http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n2vol1ano1_artigo3.pdf>.

Acesso em: 25 nov. 2014.

ASENSI, Felipe Dutra. Judicialização ou juridicização? As instituições jurídicas e suas estratégias na saúde. **Physis** [online]. 2010a, v. 20, n. 1, p. 33-55.

ASENSI, Felipe Dutra. **Indo além da judicialização: o Ministério Público e a saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Justiça e Sociedade, 2010b.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 71-91, 2009.

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira.** 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

BATISTA, Anália Soria et al. **Proteção das pessoas idosas dependentes**: análise comparativa da experiência internacional. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para Discussão, n. 1.403).

BATISTA, Anália Soria et al. **Envelhecimento e dependência**: desafios para a organização da proteção social. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2008. v. 28. (Coleção Previdência Social).

BATTHYANY, Karina et al. **El cuidado de calidad desde el saber experto y su impacto de género**: análisis comparativo sobre cuidado infantil y de adultos y adultas mayores en el Uruguay. Santiago de Chile: ONU-Cepal, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**: a realidade incômoda. 2. ed. São Paulo: Difel Editora, 1976.

BERNARDI, Bruno Boti. Trajetória (path dependence): definições e controvérsias teóricas. **Perspectivas**, São Paulo, v. 41, p. 137-167, jan./jun. 2012.

BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). **Políticas públicas para um país que envelhece**. São Paulo: Martinari, 2012.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva; PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. **Programa Acompanhante de Idosos**. BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.) [online]. 2009, n. 47, p. 53-55.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de Filosofia do Direito. São Paulo: Ícones, 1995.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela terra. 10. ed. São Paulo: Vozes, 2004.

BORN, Tomiko. Asilo de idosos: a estação final de uma trajetória marcada por indignidades! **Portal do Envelhecimento**, 26 set. 2014. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/vozdoleitor/item/1671-asilo-de-idosos-a-esta%C3%A7%C3%A3o-final-de-uma-trajet%C3%B3ria-marcada-por-indignidades>>. Acesso em: 5 dez. 2014.

BRANDÃO, Fernando Antônio. **O financiamento público da assistência social**. 2012. Disponível em: <<http://portalsocial.sedsdh.pe.gov.br/sigas/Arquivos/Capacitacao2013/Meta01/recife2/O%20FINANCIAMENTO%20PUBLICO%20DA%20ASSISTENCIA%20SOCIAL.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ministério da Justiça. MÜLLER, Neusa Pivatto (Org.). **Guia de políticas e projetos do governo**

federal: compromisso nacional para o envelhecimento ativo. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de gestão do exercício de 2013.** Brasília: SDH, 2014. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios/2013/relatorio-de-gestao-2013-2>>. Acesso em: 04 out. 2014.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ministério da Justiça. MÜLLER, Neusa Pivatto; PARADA, Adriana (Org.). **Dez anos do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso:** repertórios e implicações de um processo democrático. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013a.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. MINAYO, Maria Cecília de Souza; MÜLLER, Neusa Pivatto (Org.). **Brasil: Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa:** é possível prevenir, é necessário superar. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013b.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jan. 2013c. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/publicada-hoje-a-nova-norma-operacional-basica-nob-suas-2012>>. Acesso em: 6 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. **Ministério da Saúde e municípios:** juntos pelo acesso integral e de qualidade à saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013d. Disponível em: <http://189.28.128.178/sage/sistemas/apresentacoes/arquivos/revista_ms_e_municipios_2013.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 452, de 10 de maio de 2012. **Diário Oficial da União**, 6 jun. 2012. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/reso_12.htm>. Acesso em: 8 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências:** Portaria MS/GM nº 737 de 16/5/01, publicada no DOU nº 96 seção 1e, de 18/5/01 / Ministério da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: plano Viver Sem Limite. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 nov. 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. **Guia de políticas e programas do MDS 2011**. 2011b. Disponível em: <http://www.cib.assistenciasocial.pr.gov.br/arquivos/File/CIBPR/GUIA_DE_POLITICA_S_E_PROGRAMAS_DO_MDS.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2014.

BRASIL. Agência Nacional de Saúde Suplementar. **Experiências de financiamento da saúde dos idosos em países selecionados**: Relatório Executivo. Rio de Janeiro: ANS, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, 25 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2009/cnas-2009-109-11-11-2009.pdf/download>>. Acesso em: 06 out. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Cadernos de Atenção Básica; n. 19.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM nº 2.528, de 19 de outubro de 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 out. 2006.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 283, de 26 de setembro de 2005. Aprova o Regulamento Técnico que define normas de funcionamento para as Instituições de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 set. 2005a.

BRASIL. Presidência da República. Subsecretaria de Direitos Humanos. **Plano de ação para o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa**. Brasília: Subsecretaria de Direitos Humanos, 2005b.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 out. 2004. Disponível em: <http://www.renipac.org.br/pnas_2004.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2014.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso: 8 out. 2014.

BRASIL. Portaria nº 73, de 10 de maio de 2001, do MPAS/SEAS. Institui normas de funcionamento de serviços de atenção ao idoso no Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 maio 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999. Política Nacional de Saúde do Idoso. **Diário Oficial da União**, 13 dez. 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1998.

BRASIL. Decreto nº 1.948 de 3 de julho de 1996. Regulamenta a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 4 jul. 1996.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993.

BRASIL. Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 fev. 1993.

BRASIL. Lei 6.179, de 11 de dezembro de 1974. Institui amparo previdenciário para maiores de 70 anos de idade e para inválidos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 12 dez. 1974; p. 14.205, c. 3.

BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria de Paula Dallari. As Políticas e o Direito Administrativo. **Revista Trimestral de Direito Público**, São Paulo, n. 13, p. 134-144, 1996.

BUCHALLA, Cassia Maria. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. **Acta Fisiátrica**, v. 10, n. 1, p. 29-31, 2003.

BUSS, Paulo M. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA, Dina et al. (Org.). **Promoção da saúde**: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.

CABRERO, Gregorio Rodríguez. Tendencias recientes en el desarrollo de los sistemas públicos europeos de atención a la dependencia. **Actas de la Dependencia**, Madrid, n. 1, p. 66-91, marzo 2011.

CABRERO, Gregorio Rodríguez et al. (Coord.). **Los centros de día**: aproximación a la experiencia internacional y española. Madrid: Fundación Pfizer, 2005.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?** Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: Ipea, 2004.

CAMARANO, Ana Amélia; MELLO, Juliana Leitão. Cuidados de longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). **Cuidados de longa duração para a população idosa: um novo risco social a ser assumido?** Rio de Janeiro: Ipea, 2010.

CANEL, Regina Célia; CASTRO, Cláudio Gastão Junqueira de. A Advocacia em saúde como uma estratégia para a promoção da saúde. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 74-85, mar./jun. 2008.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1988.

CARVALHO, Ernani; LEITÃO, Natália. O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 399-421, 2010.

CASAGRANDE, Cássio. **Ministério Público e a Judicialização da Política: estudos de casos**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **La nueva era demográfica en América Latina y el caribe: la hora de la igualdad según el reloj poblacional**. Santiago de Chile: Cepal, 2014. Disponível em: <http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/6/53806/MPD_ddr2_esp.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **Envejecimiento, solidaridad y protección social en América Latina y el Caribe: la hora de avanzar hacia la igualdad**. Santiago de Chile: Cepal, 2013.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. **Envejecimiento, solidaridad y protección social: la hora de avanzar hacia la igualdad**. Santiago de Chile: Cepal, 2012.

COMISSÃO EUROPEIA. **Cuidados de Longa Duração na União Europeia**. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2008.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **2º Encontro Nacional do Ministério Público e movimentos sociais: em defesa dos Direitos Fundamentais**. Conselho Nacional do Ministério Público-Brasília: CNMP, 2014a.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Conselho Nacional do Ministério Público. **Ministério Público: um retrato: dados de 2013**. Brasília: CNMP, 2014b. v. III.

CONILL, Eleonor Minho. Sistemas comparados de saúde. In: CAMPOS, Gastão Wagner de Souza et al. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.

CORREA, Mariele Rodrigues. **Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: a velhice e a terceira idade**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

CORTES, Soraya Maria Vargas. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Educar em Revista**, n. 25, p. 143-174, 2005.

COURA, Alexandre de Castro. FONSECA, Bruno Gomes Borges da. **Ministério Público brasileiro: entre unidade e independência**. São Paulo: LTr, 2015.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Algumas considerações teóricas e metodológicas sobre estudos de sociologia do envelhecimento. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 9, n. 3, p. 67-87, 2006. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180998232006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2014.

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. Quem disse que os aposentados estão inativos? O Movimento de Aposentados e Pensionistas e o Jogo de Resistência contra o Poder. **Textos sobre o Envelhecimento**, v. 4, n. 7, p. 35-52, 2002. Disponível em: <http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-59282002000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 8 nov. 2014.

DALLARI, Sueli Gandolfi. A construção do direito à saúde no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**, v. 9, n. 3, p. 9-34, 2009.

DALLARI, Sueli Gandolfi et al. Advocacia em saúde no Brasil contemporâneo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, ano 30, v. 6, p. 592-601, 1996.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / FAPESP, 2012.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, 2010.

DEFENSOR DEL PUEBLO. **La atención sociosanitaria en Españã: perspectiva gerontologica y otros aspectos conexos**. Madrid, 2000. Disponível em:

<<http://www.defensordelpueblo.es/es/Documentacion/Publicaciones/monografico/Documentacion/Estudiosocionanitario.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

DEL DUCA, Giovâni Firpo et al. Incapacidade funcional para atividades básicas e instrumentais da vida diária em idosos. **Revista Saúde Pública**, v. 43, n. 5, p. 796-805, 2009.

DINIZ, Maria Helena. **Norma constitucional e seus efeitos**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

DIOGO, Maria José D'Elboux. Avaliação funcional de idosos com amputação de membros inferiores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, n. 1, p. 59-65, 2003.

DURANA, Ana Arriba González de; FUENTES, Francisco Javier Moreno. **El tratamiento de la dependencia en los regímenes de bienestar europeos contemporáneos**. Madrid: IMSERSO, 2009. Colección Estudios. Serie Dependencia.

EGGER, Eva-Maria. **Gênero e risco de pobreza no Brasil**. Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em: <<http://br.boell.org/pt-br/2012/12/07/genero-e-risco-de-pobreza-no-brasil>>. Acesso em: 21 jul. 2014.

ESPANHA. Ley 39/2006, de 14 de diciembre, de Promoción de la Autonomía Personal y Atención a las personas en situación de dependencia. **Boletín Oficial del Estado**, n. 299, 15 dic. 2006, p. 44142-44156 (15 págs.). Disponível em: <<https://www.boe.es/boe/dias/2006/12/15/pdfs/A44142-44156.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ESPANHA. RD Ley 20/2012, de 13 de julio, de medidas para garantizar la estabilidad presupuestaria y de fomento de la competitividad. **Boletín Oficial del Estado**, n. 168, 14 jul. 2012, p. 50428-50514 (91 págs.). Disponível em: <<http://www.boe.es/boe/dias/2012/07/14/pdfs/BOE-A-2012-9364.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

ESPANHA. Constitución Española. **Boletín Oficial del Estado**, n. 311, 29 dic. 1978. Referencia: BOE-A-1978-31229. Disponível em: <www.boe.es/buscar/pdf/1978/BOE-A-1978-31229-consolidado.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2014.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, p. 85-116, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

ESPING-ANDERSEN, Gosta; PALIER, Bruno. **Los tres grandes retos del estado del bienestar**. Barcelona: Editorial Ariel, 2010.

FALEIROS, Vicente de Paula. Cidadania e direitos da pessoa idosa. **Ser Social**, Brasília, n. 20, p. 35-61, 2007.

FERNÁNDEZ, Alberto Muñoz (Coord.). **El cuidado de las personas dependientes ante la crisis del estado de bienestar**. Valencia: Tirant Humanidades, 2013.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; DINIZ, Maria Helena; GEORGAKILAS, Ritinha A. Stevenson. **Constituição de 1988**: legitimidade, vigência e eficácia, supremacia. São Paulo: Atlas, 1989.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**: elementos de fundamentação do controle jurisdicional de políticas públicas no estado democrático de direito. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no College de France. Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas Públicas**: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público. São Paulo: Max Limonad, 2000.

FUKUI, Lia. Família: conceitos, transformações nas últimas décadas e paradigmas. In: SILVA, Luiz A. Palma; STANISCI, Silvia Andrade; BACCHETTO, Sinésio (Org.). **Famílias**: aspectos conceituais e questões metodológicas em projetos. Brasília: MPAS/SAS; São Paulo: Fundap, 1998. p. 15-22.

GASCÓN, Silvia; REDONDO, Nélide. **Calidad de los servicios de largo plazo para personas adultas mayores con dependencia**. Série Políticas Sociales. Santiago do Chile: CEPAL, Naciones Unidas, 2014.

GERMANI, Ana Claudia Camargo Gonçalves; AITH, Fernando. Advocacia em promoção da saúde: conceitos, fundamentos e estratégias para a defesa da equidade em saúde. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 34-59, 2013.

GIACOMIN, Karla Cristina et al. Estudo de base populacional dos fatores associados à incapacidade funcional entre idosos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, v. 24, n. 6, p. 1260-1270, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo. Atlas. 1999.

GODINHO, Robson Renault. **A proteção processual dos direitos dos idosos**: Ministério Público, tutela de direitos individuais e coletivos e acesso à justiça. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011.

GOLDENBERG, Mirian. **A bela velhice**. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GOODHEAD, Anne; MCDONALD, Janet. **Informal caregivers literature Review**: a report prepared for the National Health Committee. Wellington: Health Services Centre, Victoria University of Wellington, 2007.

GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma Teoria Geral do Ministério Público**. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coord.). **O controle jurisdicional de políticas públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. **Sociologia & Antropologia**, v. 1, n. 1, p. 151-180, 2011.

HÄBERLE, Peter. **Hermenêutica constitucional**: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Contribuição para interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição. Porto Alegre: Fabris, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**. Estudos de Teoria Política. Edições Loyola: São Paulo, 2004.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. v. I e II.

HELPAGE. **Global AgeWatch Index, 2014**. Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/08/HelpAgeInternational-Informe2014-10-2014-1.pdf>>. Acesso em: 1º out. 2014.

HESSE, Konrad. **A força normativa da Constituição**. Porto Alegre: safE, 1991.

HUENCHUAN, Sandra. **Perspectivas globales sobre la protección de los derechos humanos de las personas mayores, 2007-2013**. Santiago de Chile: Nações Unidas, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD 2013**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014a. v. 33.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014b. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/nota_metodologica_2014.pdf>. Acesso em: 18 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. *Um Panorama da Saúde no Brasil*: acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde (PNAD 2008). Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dinâmica demográfica e a mortalidade no Brasil no período 1998-2008**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/tabuadevida/2008/notastecnicas.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2014.

IDÁÑEZ, Maria José Aguilar. ANDER-EGG Ezequiel. **Diagnóstico Social**: conceitos e metodologias. Tradução de Isabel Marques. 3. ed. Rev. e ampl. Porto: Rede Europeia Anti-Pobreza, 2007.

INSTITUTO DE MAYORES Y SERVICIOS SOCIALES. **Libro Blanco de atención a las personas en situación de dependencia en España**. Madrid: IMSERSO, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Políticas sociais**: acompanhamento e análise. Brasília: Ipea, 2014. n. 22.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de seus Conselheiros**. Relatório de Pesquisa. Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília: Ipea, 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **PNAD 2009** – Primeiras análises: tendências demográficas. Brasília: Ipea, 2010a. n. 64, p. 19, 22 e 23.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Perspectivas da política social no Brasil**. Livro 8. Brasília: Ipea, 2010b. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro.

INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA. **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Livro 6. Brasília: Ipea, 2010c. v. 2. Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro.

JANCZURA, Rosane. Risco ou Vulnerabilidade Social? **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, 2012.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Porto: Porto Editora, 1995.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KERCHE, Fábio. O Ministério Público e a Constituinte de 1987/88. In: SADEK, Maria Tereza (Org.). **O Sistema de Justiça**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.

KERCHE, Fábio. **O Ministério Público brasileiro e seus mecanismos de Accountability**. Paper preparado para o XXIII Encontro Anual da Anpocs, GT 12, Estado e Economia. 1999. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4960&Itemid=358>. Acesso em: 07 out. 2014.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **Políticas sociais sob a perspectiva do Estado do Bem-Estar Social: desafios e oportunidades para o “catching up” social brasileiro.** Niterói, RJ: Cede, 2011. Disponível em: <<http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD34.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2014. (Texto para a Discussão, n. 34).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEBRÃO, Maria Lúcia; DUARTE, Yeda A. de Oliveira (Org.). **SABE – Saúde, bem-estar e envelhecimento – o projeto SABE no Município de São Paulo: uma abordagem inicial.** Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde, 2003.

LESSA, Inês. Epidemiologia das doenças crônicas não-transmissíveis *versus* terceira idade. In: LESSA, Inês (Org.). **O adulto brasileiro e as doenças da modernidade: epidemiologia das doenças crônicas não-transmissíveis.** São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1998.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda et al. Condições de saúde, capacidade funcional, uso de serviços de saúde e gastos com medicamentos da população idosa brasileira: um estudo descritivo baseado na *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. **Caderno de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 735-743, 2003.

LIMA-COSTA, Maria Fernanda et al. Estudo de Bambuí sobre saúde e envelhecimento: metodologia e resultados preliminares de coorte de estudo de idosos no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 126-35, 2000.

LOBATO, Alzira Tereza Garcia. Serviço social e envelhecimento: perspectivas de trabalho do assistente social na área da saúde. In: BRAVO, Maria Inês Souza et al. (Org.). **Saúde e Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

LOUVISON, Marília Cristina Prado; ROSA, Tereza Etsuko da Costa. Envelhecimento e políticas públicas de saúde da pessoa idosa. In: BERZINS, Marília Viana; BORGES, Maria Claudia (Org.). **Políticas Públicas para um país que envelhece.** São Paulo: Martinari, 2012. p. 157-179.

LOUVISON, Marília Cristina Prado; ROSA, Tereza Etsuko da Costa; BARROSO, Áurea Eleotério Soares (Org.). **Velhices: experiências e desafios nas políticas do envelhecimento ativo.** São Paulo: Instituto de Saúde, 2013.

LUZ, Madel Therezinha. Duas questões permanentes em um século de políticas de saúde no Brasil republicano. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 5, n. 2, p. 293-312, 2000.

MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Evolução institucional do Ministério Público brasileiro. In: FERRAZ, Antonio Augusto Mello de Camargo (Org.). **Revista Ministério Público, Instituição e Processo.** São Paulo: Atlas, 1997.

MACHADO, Igor Suzano. O Ministério Público e a judicialização da política. **Boletim Cedes**. Rio de Janeiro, p. 17-20, 2008. Disponível em: <<http://www.cedes.iuperj.br>>. Acesso em: 26 dez. 2014.

MACINTYRE, Alasdair. **Animales racionales y dependientes**: por qué los seres humanos necesitamos las virtudes. Barcelona: Paidós, 2013.

MADRID. **Centros de día municipales**: modelos de atención. Dirección General de Mayores. Área de Gobierno de Familia y Servicios Sociales. Ayuntamiento de Madrid. 2011. Disponível em: <<http://www.madrid.es/UnidadesDescentralizadas/Mayores/Publicaciones/Ficheros/CDM%20Modelos%20de%20atenci%C3%B3n/CDM%20Modelos%20de%20atenci%C3%B3n.pdf#page=1>>. Acesso em: 18 jun. 2014.

MAGAÑA, Coral Calderón (Coord.). **Redistribuir el cuidado**: el desafío de las políticas. Santiago de Chile: Cepal-ONU, 2013. Cuadernos de la Cepal n. 101.

MAIO, Iadya Gama. Os tratados internacionais e o Estatuto do Idoso: rumo a uma convenção internacional? In: COSTA FILHO, Waldir Macieira da et al. (Org.). **Estatuto do Idoso**: dignidade humana como foco. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013. p. 30-43.

MALTA, Deborah Carvalho; CASTRO, Adriana Miranda de; GOSCH, Cristiane Scolari et al. A Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda da atividade física no contexto do SUS. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 18, n. 1, p. 79-86, 2009.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**. São Paulo, v. 26/27, 1990/1991.

MARINHO, Alexandre et al. **Avaliação de eficiência em sistemas de saúde**: Brasil, América Latina, Caribe e OCDE. Rio de Janeiro: Ipea, 2012. Texto para Discussão, n. 1.784.

MARTÍ, Joaquín Santos. **El cuarto pilar**: un nuevo relato para los servicios sociales. Madrid: Paraninfo; Consejo General del Trabajo Social, 2012.

MARTÍN, José Jesús Martín; GONZÁLEZ, Maria del Puerto López del Amo. La sostenibilidad del Sistema Nacional de Salud en España. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 16, n. 6, p. 2773-2782, 2011.

MARTINS, Joel; BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. **A pesquisa qualitativa em Psicologia**: fundamentos e recursos básicos. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Envelhecimento demográfico e lugar do idoso no ciclo da vida brasileira. In: Trench B, Rosa TEC, organizadores. **Nós e o outro: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa**. São Paulo: Instituto de Saúde; 2011. p. 7-15.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (Org.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MINISTÉRIO PÚBLICO. Procuradoria-Geral de Justiça. **Plano Geral de Atuação 2013**. Florianópolis: Procuradoria-Geral de Justiça, 2013.

MONTAÑO, Sonia; MAGAÑA, Coral Calderón (Coord.). **El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo**. Santiago de Chile: Cepal-Unifem, 2010. Cuadernos de la CEPAL n. 94.

MOSCOVICI, Serge. On social representations. In: FORGAS, J. P. (Org.). **Social cognition: perspectives on everyday understanding**. New York: Academic Press, 1981.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 1. Brasília, jan./jun. de 2009, p. 95-121.

NAVARRO, José Manuel Ramírez et al. **XIII Dictamen del Observatorio**: informe sobre el desarrollo y evaluación territorial de la ley de promoción de la autonomía personal y atención a las personas em situación de dependencia. Junio, 2014.

NETO, Aristides Monteiro. **Governos estaduais no federalismo brasileiro: capacidades e limitações no cenário atual**. Rio de Janeiro: Ipea, 2013. Texto para discussão n. 1894.

NEVES, Marcelo. **A constitucionalização simbólica**. São Paulo: Acadêmica, 1994.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Help wanted? Providing and paying for long-term care**. Paris: Organization for Economic Cooperation and Development, 2011. Disponível em: <<http://www.oecd.org/health/healthsystems/helpwantedprovidingandpayingforlong-termcare.htm>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

ORGANIZACIÓN IBEROAMERICANA DE SEGURIDAD SOCIAL. II Informe. **Observatorio sobre adultos mayores**. Programa Iberoamericano de Cooperación sobre la situación de los adultos mayores en la región 2012-2014. Madrid: Secretaría General de la OISS, 2013.

OLIVEIRA, Lis Mônara Araújo de. **Vulnerabilidade social e situações de risco**. 2014. Disponível em: <<http://www.mp.rn.gov.br/portal/inicio/pessoa-com-deficiencia/pessoa-com-deficiencia-material-de-apoio/2037-vulnerabilidade-social-e-situacoes-de-risco-1?path=>>>. Acesso em: 06 out. 2014.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. **Ministério Público e políticas de saúde**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. O Ministério Público brasileiro e a implementação de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, ano 50, n. 198, p. 223-238, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envejecimiento activo: un marco político. **Revista Española de Geriatria y Gerontología**, v. 37, supl. 2, p. 74-105, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Population Division. **Envelhecimento no século XXI: celebração e desafio**, 2012. Disponível em: <<http://unfpa.org/ageingreport>>. Acesso em: 24 abr. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 46/91. **Princípios das Nações Unidas para as pessoas idosas**. Aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas, 1991. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/legislacao/copy2_of_DOCUMENTOS_LEGAIS.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. Brasília: Organização Pan-Americana de Saúde; Organização Mundial de Saúde, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas: Pontes Editores, 2013.

ORTEGA, Santiago González (Dir.). **La aplicación de la Ley de la Dependencia en España**. Madrid: Consejo Económico y Social, 2013.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. **Qualidade de vida do idoso: elaboração de um instrumento que privilegia sua opinião**. 2001. Dissertação (Mestrado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-09112001-162639/>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

PAUTASSI, Laura. Cuidado y derechos: la nueva cuestión social. En: MONTAÑO, Sonia; MAGAÑA, Coral Calderón (Coord.). **El cuidado en acción: entre el derecho y el trabajo**. Santiago de Chile: Cepal-Unifem, 2010. Cuadernos de la Cepal, n. 94.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. **Controle democrático como garantia de direitos da pessoa idosa**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2007.

PEREIRA, Roberta Amorim et al. Sobrecarga dos cuidadores de idosos com acidente vascular cerebral. **Revista Escola de Enfermagem**. USP, v. 47, n. 1, p. 185-192, 2011.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Terceira idade, ação política e autonomia: as políticas da velhice como tecnologias sociais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, n. 6, p. 193-216, 1º sem. 2008.

PERES, Marcos Augusto de Castro. **Velhice, trabalho e cidadania**: as políticas da terceira idade e a resistência dos trabalhadores idosos à exclusão social. 2007. 372 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PESSÔA, Elisângela Maia. **Assistência social ao idoso enquanto direito de proteção social em municípios do Rio Grande do Sul**. 2010. 243 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Porto Alegre, 2010.

PINHEIRO, Naide Maria (Org.). **Estatuto do Idoso comentado**. 3. ed. Campinas: Servanda, 2012.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 156-187. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 23 out. 2014.

PINO, Eloísa del; LARA, Maria Josefa Rubio (Ed.). **Los estados de bienestar en la encrucijada**. Políticas Sociales en Perspectiva Comparada. Madrid: Tecnos, 2013.

QUEIRÓZ, Zaly Pinto Vasconcelos. O Impacto do cuidado na vida do cuidador de idosos: fator de risco de negligência doméstica em idosos dependentes. In: BERZINS, Marília Viana; MALAGUTTI, William (Org.). **Rompendo o silêncio**: faces da violência na velhice. São Paulo: Martinari, 2010. p. 295-325.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa. **Curso de Direito do Idoso**. São Paulo: Saraiva, 2014.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de Direito**. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

REIS, Alberto dos; COSTA, José e Afonso. **Organização judiciária e Teoria do Processo**. Coimbra: Coimbra Editora, 1902-1903.

RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro [cidade]. Centro Internacional de Longevidade do Brasil. Declaração do Rio 2013. FÓRUM INTERNACIONAL WDA, 2013. Rio de Janeiro, RJ: ILC-BR.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. **ALEA** v. 7, n. 2, jul./dez., 2005.

RODRIGUES, Lizete de Souza; SOARES, Geraldo Antonio. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, n. 4, p. 1-29, 2006.

RODRIGUES, Nara da Costa. Política Nacional do Idoso – retrospectiva histórica. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, Porto Alegre, v. 3, p. 149-158, 2001.

RODRÍGUEZ, Pilar Rodríguez. **El apoyo informal como destinatario de los programas de intervención en situaciones de dependencia**. Madrid, 2006.

Disponível em:

<<http://www.caritas.es/imagesrepository/CapitulosPublicaciones/525/08%20EL%20APOYO%20INFORMAL%20COMO%20DESTINATARIO.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2014. (Documentación Social, n. 141).

RODRÍGUEZ, Tereza Martínez. **Centro de atención diurna para personas mayores**: atención a las situaciones de fragilidad y dependencia. Madrid: Médica Panamericana, D.L., 2010.

ROJAS, Rodrigo Cançado Anaya. **Participação popular e Ministério Público no Brasil**: defesa do regime democrático e dos interesses metaindividuais no marco de uma teoria crítica dos direitos humanos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ROZENDO, Adriano da Silva. **Construção social do envelhecimento e experiências da velhice**. 2010. 106 f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, 2010.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza. Institucionalização da velhice e regressão: um olhar psicanalítico sobre os asilos de velhos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. 8, p. 25-51, 2012.

ROZENDO, Adriano da Silva; JUSTO, José Sterza. Sentidos e espaços da velhice na legislação brasileira. In: TRENCH, Belkis; ROSA, Tereza Etsuko da Costa (Org.). **Nós e o outro**: envelhecimento, reflexões, práticas e pesquisa. São Paulo: Instituto de Saúde, 2011. p. 35-58. Temas em Saúde Coletiva, 13.

SABELLA, Walter Paulo et al. (Coord.). **Ministério Público**: vinte e cinco anos do novo perfil constitucional. São Paulo: Malheiros, 2013.

SABINO, Marco Antonio da Costa. Quando o Judiciário ultrapassa seus limites constitucionais e institucionais. O caso da saúde. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (Coord.). **O Controle Jurisdicional de Políticas Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. p. 353-386.

SACARDO, Daniele Pompei et al. Novas perspectivas na gestão do sistema de saúde da Espanha. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 1, p. 170-179, 2010.

SADEK, Maria Tereza. A construção de um novo Ministério Público resolutivo. **De jure**, Belo Horizonte, v. 1, p. 130-140, 2009. Disponível em:

<https://aplicacao.mpmg.mp.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135/constru%C3%A7%C3%A3o%20novo%20mp_Sadek.pdf?sequence=1>. Acesso em: 23 out. 2014.

SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 4-22, 2012.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Figueiredo; ENCARNAÇÃO, Fernanda. **Modernidade e Gestão da Velhice**. Algarve: Centro Regional de Segurança Social do Algarve, 1997.

SANTOS, André Luiz dos; MAGALHÃES JÚNIOR, Alexandre Alberto de Azevedo. Instrumentos de atuação extrajudicial do Ministério Público. In: SABELLA, Walter Paulo et al. (Coord.). **Ministério Público: vinte e cinco anos do novo perfil constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2013. p. 673-698.

SANTOS, Marcos André Couto. A Efetividade das normas constitucionais: as normas programáticas e a crise constitucional. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, v. 37, n. 147, p. 5-14, 2000.

SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. **Idosos, família e cultura: um estudo sobre a construção do papel do cuidador**. 3. ed. rev. São Paulo: alínea, 2010.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. **Guia de Orientações Técnicas**: Centro Dia do Idoso – Centro Novo Dia. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, 2014.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. **Documento Norteador do Programa Acompanhante de Idosos do Município de São Paulo**. São Paulo: SMS, 2012.

SÃO PAULO (Município). Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde. CODEPPS. **Violência doméstica contra a pessoa idosa: orientações gerais**. São Paulo: SMS, 2007.

SARACENO, Chiara. Familismo ambivalente y clientelismo categórico en el Estado de bienestar italiano. En: SARASA, Sebastià; MORENO, Luis (Ed.). **El estado del bienestar en la Europa del Sur**. Madrid: Raycar, 1995. p. 261-288.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

SARTINI, Cristina Maria. CORREIA, Arlene de Mendonça. **Programa maior cuidado: qualificando e humanizando o cuidado**. Pensar/BH. Política Social, 2012.

SECO, José María Alonso. **Política social europea**. Madrid: Uned, 2013.

SERAFIM, Milena Pavan; DIAS, Rafael de Brito. Análise de política: uma revisão da literatura. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, 2012.

SICHES, Luis Recasens. **Tratado general de Filosofía del Derecho**. México: Editorial Porrúa, 1959.

SILVA, Cátia Aida. Promotores de Justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São paulo, v. 16, n. 45, p. 127-144, 2001a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n45/4334.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001b.

SILVA, José Afonso da. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André Barreto de. **O Processo de Implementação de políticas públicas no Brasil**: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, 2000. Caderno n. 48.

SOSVILLA, Simón. Diálogos para la Dependencia 2010. **Actas de la Dependencia**, Madrid, n. 1, p. 14-21, 2011.

SOUZA, Luiz Roberto Salles. **Da atuação do Ministério Público brasileiro na fase pré-processual penal**: uma análise Crítica. 2002. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2002.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de Sentido no Cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Ed. Virtual. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 22-41. Disponível em: <<http://www.bvce.org.br/LivrosBrasileirosDetalhes.asp?IdRegistro=261>>. Acesso em: 23 out. 2014.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Desafios do sistema de proteção social. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 4 jan. 2009. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=420>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. A profissionalização do agente institucional gestor de política social como política de direitos de cidadania: o caso da gestão da assistência social na cidade de São Paulo. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD

SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago, 2005. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/RH/sposati_rh.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2014.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Especificidade e intersectorialidade da política de assistência social. Desafios para fazer avançar a política de assistência social no Brasil. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 77, p. 30-53, 2004.

STEPANSKY, Daizy Valmorbida; COSTA FILHO, Waldir Macieira da; MULLER, Neusa Pivatto (Org.). **Estatuto do Idoso**: dignidade humana como foco. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2013.

TAVARES, Marcelo Leonardo. Assistência Social. In: SARMENTO, Daniel; SOUZA NETO, Cláudio Pereira de (Org.). **Direitos Sociais**: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

TEIXEIRA, Jane Blanco; SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto Borges de; HIGA, Joelma e THEME FILHA, Mariza Miranda. Doença de Alzheimer: estudo da mortalidade no Brasil, 2000-2009. **Cadernos de Saúde Pública** [online]. 2015, v. 31, n.4, p. 850-860.

TEIXEIRA, Solange Maria. Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 154-163, 2007.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org.). **Gestão de ONGs**: principais funções gerenciais. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

TOBÍO, Constanza et al. **El cuidado de las personas**. Un reto para el siglo XXI. Madrid: Fundación la Caixa, 2010. Colección Estudios Sociales n. 28.

TORRONTEGUY, Marco Aurélio Antas; RAUPP, Luciane. Obstáculos Políticos à Advocacia Sanitária no Brasil: a pesquisa com células-tronco embrionárias. **Revista de Direito Sanitário**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 86-106, 2008.

ULLMANN, Heidi; VALERA, Carlos Maldonado; RICO, María Nieves. **La evolución de las estructuras familiares en América Latina, 1990-2010**: los retos de la pobreza, la vulnerabilidad y el cuidado. Santiago de Chile: Cepal-Unicef, 2014. Série Políticas Sociales n. 193.

VERAS, Renato. Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e inovações. **Revista Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 548-54, 2009.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza d'Ávila; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon; IBÁÑEZ, Nelson (Org.). **Proteção social**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, 2005.

VIEIRA, Andréia Gomes Andrade Lima. **A importância do Estatuto do Idoso na efetivação do princípio da igualdade material**. 2010. Disponível em: <http://institutoprocesso.com.br/2012/wp-content/uploads/2011/12/7_edicao1.pdf>. Acesso em: 23 set. 2014.

VIEIRA, Eliane Brandão. **Manual de Gerontologia**. Rio de Janeiro: Revinter, 1996.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Constitution of the World Health Organization**. Basic Documents. Genebra, 1946.